

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA.**

**PRESIDENTE - DEPUTADO**

**SIMÃO PEDRO – PT**

**15/08/2012**

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA.****BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.****15/08/2012**

**O SR. PRESIDENTE – SIMÃO PEDRO – PT** – Boa tarde para todos e todas. Queria solicitar que os nossos convidados tomem lugar nos seus assentos para que possamos iniciar a audiência pública de hoje.

Bom dia para todas e todos. Eu me chamo Simão Pedro, Deputado que presido a Comissão de Educação e Cultura. Temos aqui presente conosco o Deputado Mauro Bragato, do PSDB, Deputado Roberto Engler do PSDB, teremos ainda a presença do Deputado Beto Tricoli do PV e da Deputada Telma de Souza do PT que ainda estão a caminho. Vocês repararam que não tivemos quorum para iniciar oficialmente a nossa reunião. Tínhamos uma pauta de votações e deliberações da Comissão, mas nós vamos fazer a segunda parte, até para valorizar a presença de vocês, os Deputados que se interessaram pelo tema, nós vamos fazer nossa audiência pública e tomar os encaminhamentos necessários para apoiar a causa das instituições de ensino superior municipais. Então, desde já agradeço a presença de todos. Sejam bem vindos a Assembleia Legislativa.

Para contextualizar essa nossa audiência no final do ano passado, início desse ano, tivemos aqui uma Comissão Parlamentar de Inquérito para analisar problemas nas instituições privadas de ensino superior. Nos chegou uma demanda de uma das unidades municipais, e eu por unanimidade no final da CPI nós fizemos uma indicação ao Governo do Estado que pudesse estudar a possibilidade de parceria entre o Governo do Estado e as instituições municipais de ensino superior. Se precisa ocupar vaga, espaços físicos e laboratórios. E também votamos, aprovamos e encaminhamos uma indicação ao Governo Federal para que pudesse estudar uma forma de que essas instituições pudessem, participar nos programas de incentivo. Por exemplo, o Governo Federal tem

apoiado as instituições federais com o PROUNI, com ampliação do FIES, então, fizemos essas indicações. E fui procurado pela Comissão de representantes das instituições aqui do Estado de São Paulo só interrompendo aqui a minha fala vou apresentar para vocês e agradecer a presença da Deputada Leci Brandão, do PCdoB, membro efetivo da nossa Comissão, e a Deputada Telma de Souza, que deixou os afazeres da nossa querida cidade de Santos para vir para cá participar dessa reunião. E o Deputado Beto Tricoli que eu já anunciei que já chegou. Fique a vontade.

Então, fui procurado no mês de julho no recesso pela Comissão, Professor Felício, Professor Silvio, Márcio e os representantes das autarquias e outras instituições e que vieram pedir o apoio da Comissão de Educação e Cultura para a sua causa, para os seus pleitos. Eu queria informá-los que na semana passada a nossa Comissão se reuniu com quorum, fizemos uma homenagem ao nosso Vice-Presidente Ary Fossen que faleceu em julho, e deliberamos de realizar essa audiência pública aqui. Para vocês terem uma ideia, foi essa e outro tema. Todos entenderam que era um tema importante, todos aqui de uma certa forma tem contato com as instituições nas cidades, vocês tem um enraizamento, uma presença muito forte no interior e certamente tem contato com vários Deputados aqui. Então, nossa ideia era trazer a Assembleia Legislativa a pauta de vocês, ou seja, a reivindicação de uma relação de parceria com o Governo do Estado e também com o Governo Federal, com o Ministério da Educação uma possibilidade, uma proposta de parceria também, já que há interesse de os Governos expandirem o ensino superior no nosso país. Temos uma demanda muito grande e vocês são instituições importantes já instaladas, algumas com histórias muito profundas e com grande contribuição do ensino superior no nosso Estado. Então, para contextualizar, eu queria convidar, já composta a mesa, também convidar o Professor Dr. Márcio Cardim da FAI, Faculdades Adamantinenses Integradas. Uma salva de palmas. (Palmas.). E o Professor José Felício Goussain Murade, Pró Reitor da UNITAU e membro da Coordenação do PRO IMES. Infelizmente a nossa mesa é pequena, eu gostaria de ter representantes de cada uma das instituições aqui. Mas eu gostaria também de anunciar, Deputados, dizer que nós temos quorum e vamos fazer uma reunião oficial então.

Está aqui o Professor Marcos Roberto Furlan, que é o Vice-Reitor da UNITAU, o Professor meu amigo, Luiz Antonio de Souza, Vice-Reitor da UNIFAI lá na nossa

querida São João da Boa Vista, Professora Juliana Moreno Rutigliano, diretora da FREA, Celina Gonçalves de Melo, Secretária Geral da FATEB, Professor Alfredo José Machado Neto, Reitor da UNI FACEF, Professor Euclides Celso Bernardo, diretor da Faculdade de Direito de Franca. Professor Paulo de Tarso Oliveira, Vice-Reitor da UNI FACEF. Luciana de Oliveira Ceni, Professora Coordenadora de Extensão e Pesquisa do IMESB de Bebedouro. Seja bem vinda.

Também o Professor Eduardo Augusto Vilas, da FEMA, Fundação Educacional do Município de Assis, o Edson Issatomi Kai, diretor executivo do FUNDEC, Fundação Dracense de Educação e Cultura, Laura Viana Garcia, da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, Osvaldo Paulino da Silva da Faculdade Euclides da Cunha lá de São José do Rio Pardo, Enio Garbelini da UNIFADRA, de Dracena. Professor Silvio Augusto Minciotti, da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Professor Dr. Eduardo de Camargo Oliva da Universidade Municipal de São Caetano do Sul também, Joaquim Celso Freire Silva, Pro Reitor de Extensão da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, também da Universidade de São Caetano Professora Maria do Carmo Romeiro. E o Professor Marcos Sidnei Bassi.

Também está aqui presente conosco o Deputado Tiago Ulisses, Deputado do PV de Minas Gerais. Vai ser muito bem vindo participar aqui conosco, porque a causa de vocês é uma causa nacional, é importante ter apoio de outros Estados, e apoio dos Federais.

Deputada Leci Brandão, se nós fazemos a saudação de cada um ou primeiro ouvir os participantes para que possam fazer uma contextualização, expor para nós os problemas que vocês vivem, alguns evidentemente é de conhecimento, mas podiam registrar para expressar bem os problemas que vocês estão vivendo, e as reivindicações que vocês estão colocando, que evidentemente nós queremos apoiar. E depois nós vamos ouvir o apoio, as manifestações dos Deputados, evidentemente vocês já conversaram entre vocês e já elegeram os dois representantes aqui, mas se necessário uma complementação, vamos ouvir outras manifestações.

Tomar uma decisão de a gente adiar a nossa pauta de hoje para ir direto ao assunto da audiência pública. Eu queria passar a palavra primeiro, está aqui também a

representação do Dr. Oduvaldo Catalano, do Centro Universitário da Fundação Santo André, FSA. Mais uma vez, muito bem vindos.

Vamos ouvir então o Professor José Felício Murade, Pró Reitor da UNITAU e membro da Coordenadoria do Pró IMES e em seguida o Professor Márcio Cardim. Mais uma vez então, obrigado pela presença.

Eu me esqueci de informá-los. Está aqui o Benê Mascarenhas, que é assessor da Secretaria Estadual de Educação, sempre acompanhando as nossas reuniões. Me parece que temos representantes do Conselho Estadual de Educação também, o Márcio é membro eleito agora. Marcio então, Conselho está aqui representado. Obrigado.

**O SR. JOSÉ FELÍCIO GOUSSAIN MURADE** - Boa tarde a todos. Eu falo em nome das 30 instituições municipais de ensino superior do Estado de São Paulo. Inicialmente a gente precisa lembrar, rememorar alguns preceitos legais. A Constituição Federal diz que a educação é direito de todos e obrigatório, e que o ensino superior é responsabilidade do ente federal. E o Inciso 4º, que as autarquias e fundações são pessoas de direito público interno. Portanto, nós somos ou fundações ou autarquias públicas de direito público, e que o ensino público deverá ter como um dos princípios a gratuidade em estabelecimentos oficiais. Somente as Federais Estaduais gozam desse benefício. Somente as Federais Estaduais praticam a gratuidade.

Por que as Municipais não praticam a gratuidade? Porque nós somos anteriores a 1988 e temos esse direito garantido. E por termos esse direito garantido, nós vamos ver que esse direito acaba pesando muito sobre nós. Nós cobramos mensalidade. Se uma instituição de ensino superior for abrir, ela terá que praticar a gratuidade. Olhando um pouco dos dados nacionais da educação, as vagas públicas, entre elas as municipais, têm dois milhões 589 inscritos. Um oferecimento de 393 mil vagas, e ingressam 354 mil. Esse dado é de 2009. Foi o que nós tivemos acesso mais atualizado. Portanto, sobram 39 mil vagas. Já as privadas têm três milhões e 600 mil inscritos, duas mil 770 vagas, e mil 157 ingressantes. Sobram um milhão e 600 mil vagas. Então, quer dizer, há alta

demanda para o ensino público e baixa demanda para o ensino privado. E isso, como é 2009 esse quadro mudou com um pouquinho de FIES e PROUNI. Cerca de 70% dos universitários no Brasil ainda estão no setor privado. Se estão no setor privado a gente precisa aumentar. E é uma meta do plano nacional de educação aumentar a participação do setor público no ensino superior. Somente 42% das vagas no ensino superior são preenchidas, enquanto no público sobram 10%.

Boa parte da população está fora do ensino superior, por questões de renda ou por falta de oferta em instituições públicas. O dado mostra isso. E o investimento na oferta de novos cursos na esfera estadual e federal é alto, se comparado com o valor praticado nas universidades. Nós temos um dado de que 100 mil vagas em uma universidade federal custa dois milhões e 400 milhões de reais. Isso dá, é uma conta simples, dá 24 mil por aluno ano. Enquanto que em uma municipal nosso aluno custa em média nove mil aluno ano. Então, é um ótimo negócio investir em uma municipal porque nós custamos quase um terço de um valor de uma instituição pública federal ou estadual.

Vale lembrar que a instituição federal com menor valor per capita é a Universidade Federal do Amapá, que dá nove mil e 700 reais. E a de maior valor per capita por aluno é a Universidade Federal de São Paulo, que é 96 mil por aluno. Até pela questão da medicina, dos cursos da área de saúde. E as municipais, como estão nesse contexto?

Nós somos 67 instituições de ensino superior no Brasil, o Estado de São Paulo é a que tem maior quantidade, 30 instituições, e nós já cumprimos desde a década de 80 a interiorização. E nós temos uma infraestrutura montada com carteira ociosa com vaga remanescente. Nós não objetivamos o lucro. Então, por trás do nosso fazer pedagógico está o interesse público e a salva guarda do patrimônio público. Se algum dia qualquer instituição do ensino superior for extinta, tudo que nós temos volta para o erário público municipal.

E para sustentabilidade financeira, como eu já disse, somos obrigados. Nós não gostamos de cobrar mensalidade não. Se tivéssemos aporte financeiro, seria 100% gratuito. Só que desde 88 fazemos isso. E é uma experiência boa que nós temos que

contar para o Brasil. Como ser pública e poder buscar a sustentabilidade. Essa história precisa ser contada. Nós estamos sujeitos às normas da administração pública, portanto, nós temos menor atividade no processo de compra, contratação, professor. Nossos Professores são concursados e só podem ser demitidos por justa causa, o nosso funcionário idem. Nós, com relação às privadas, nós temos um processo administrativo lento, moroso, que nos coloca em situação de competição em desvantagem por isso. Enquanto tem instituição que contrata quando vai uma visita do Conselho Estadual ou do Conselho Federal, contrata mestres e Drs. para formar o seu quadro e depois demite, ou contrata Professor em março e demite em dezembro, nós não podemos fazer isso e nem queremos fazer isso porque a gente entende que Professor e funcionário é o nosso maior capital. Nós sofremos a concorrência com as instituições de ensino superior privadas e confessionais. Elas têm uma política de marketing agressivo e desleal com as públicas. Primeiro aqui vai, nós somos criados pelo ente municipal, mas nós não recebemos recurso do Município, não recebemos recurso do Estado de São Paulo e nem recurso federal. Então, nós buscamos a sustentabilidade com o nosso fazer pedagógico. E, além disso, nós sofremos uma política agressiva das não públicas que tem FIES, tem PROUNI e tem uma série de vantagens pode praticar um valor enxuto, uma quantidade de alunos enorme na sala de aula, o que não é o ensino que nós queremos fazer. Pode ter aula das sete até às nove da noite, e das nove as 10, 10 e meia, atividades programadas, não é o ensino que nós queremos fazer. Inexistência de programas federais, estaduais e municipais de investimento e financiamento. E nós não participamos de programas como o PROUNI. O PROUNI não temos condições porque ele é para as não públicas, e nós somos públicas. E uma parte do que nós temos, podemos participar do FIES. Aí no mesmo contexto paulista, nós temos diversas faculdades, três centros universitários, duas faculdades, duas no interior. Quando eu falei da interiorização, olha como nós já cumprimos, não temos nenhuma instituição municipal na capital de São Paulo e nem em nenhuma capital do Brasil.

Então, nós já fizemos na década de 80 a interiorização. Nós temos uma estrutura montada em cada uma dessas cidades. Somos 30, todas no interior de São Paulo, e 23 responderam o questionário dos dados que eu vou apresentar agora. A nossa contribuição previdenciária, 1368 são estatutárias, 1370 celetistas, algumas instituições têm os concursados estatutários que contribuem para o regime previdenciário municipal,

e os temporários celetistas. Algumas por não ter previdência municipal são só celetistas e algumas são só estatutários.

O que isso implica? Nós vamos ver daqui a pouco a implicância disso no FIES. Foram de constituição, somos 15 autarquias, cinco fundações públicas de direito público e quatro fundações públicas de direito privado. 13 participam do FIES sendo cinco com uma parte de INSS. As autarquias a maioria, uma parte com (ininteligível) pública. Ela se auto intitulou nessa pesquisa dessa forma, então, é uma figura auto jurídica que nós não temos esse termo usual, participação das IES no FIES. 13 participam do FIES, nove não participam e uma não informou. Dessas 13 que participam com o FIES, aquelas que são celetistas podem pegar todo o valor previdenciário e aportar no FIES. Portanto, 100% do valor INSS ou dos tributos federais aportados no FIES. No caso da nossa que cerca de 10% só é INSS, então, nós podemos aportar muito pouca vaga no FIES. E isso acaba gerando para a gente uma evasão do nosso aluno que vai para a pública que pode aportar. Agora o Governo Federal abriu uma bolha negativando as CNDS das particulares, para que elas possam pegar as dívidas com os tributos nacionais e transformar em bolsas PROUNI FIES, e nós temos instituições municipais que devem ir para o INSS e nem isso nós podemos pegar. Mas isso nós estamos tentando tratar em Brasília, trabalhar isso para poder compensar.

Participação das IES no PROUNI. Nenhuma participa, uma não respondeu, o PROUNI não é para nós porque ele é para instituição privada, esse é o contexto. Regime previdenciário da IES, mista, 26%, INSS 57%, só INSS, municipal 13% e não informaram duas. PROUNI nenhuma participa. Professores 26% nosso é Doutor, 46% é mestre, então, nós estamos acima da cota de mestres e doutores com 76% então, estamos dentro do padrão nacional de mestres e doutores. Temos 54 mil 760 alunos, sendo que 49 mil na graduação e quatro mil 819 na Pós Graduação. Nós temos uma instituição com mais de 10 alunos, cinco instituições de cinco a 10 alunos, cinco de dois a cinco mil alunos, três de um a dois mil, cinco de até 500 a mil alunos, e cinco com menos de 500 alunos. Então, são instituições em sua maioria de pequeno porte. Que se não houver um apoio na sua maioria poderá fechar. Aqui são as vagas, 38 mil 435 vagas oferecidas por ano e as vagas não preenchidas, 20 mil 695 por ano. No final de quatro anos nós podemos aumentar em termos de ensino superior (ininteligível).

Tributação dos docentes, titulação que eu já disse, quantidade de alunos na graduação que eu acabei de falar, e diante desse contexto o que fazer, nós fizemos um fórum nacional para encaminhar as questões no âmbito nacional e fizemos um fórum estadual para trabalhar questões específicas junto ao Governo do Estado. No fórum nacional nós encaminhamos um pedido de um programa de ampliação da oferta de vagas federais por meio da gratuidade. Seria uma espécie de parceria pública municipal com parceria pública estadual. E no contexto estadual a sugestão de apoio à educação superior nas instituições municipais. PRO IMES para a concessão de bolsas integrais de estudo para estudantes do Estado de São Paulo, Professor Márcio falará sobre isso mais detalhadamente. E o que nós esperamos da Câmara de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. No contexto federal, uma moção de apoio para a instituição desse programa. Que seja feito o indicativo de apoio da Câmara de Educação no sentido de que o Governo Federal e o MEC analisem com carinho o programa de ampliação da oferta de ensino superior. E na esfera estadual o que nós esperamos? Nós esperamos que seja criado um programa de bolsas de estudo. Mas isso é difícil. Não é. Pernambuco criou o PROUPE. E 1/3 das vagas das instituições municipais 100% gratuitas, o PROUPE para estudantes egressos do ensino médio com carência social.

Minha parte, eu sou o Professor José Felício, meus dados estão aqui e eu passo agora para o Professor Márcio que vai apresentar especificamente a questão do resultado do fórum. Todos esses dados mais as minutas estão nesse caderno que nós passamos aos Srs. Deputados.

**O SR. MÁRCIO CARDIM** - Boa tarde a todos. Srs. Deputados, dirigentes das instituições municipais, diretores, reitores, representantes, colegas de trabalho, é uma satisfação muito grande tê-los aqui presentes. As IMES a partir do ano passado procuraram se mobilizar em busca de um objetivo comum, em face de suas atribuições e as dificuldades que elas vêm encontrando, nos nossos fóruns nós percebemos que as dificuldades são comuns, aquilo que durante 40 anos elas contribuíram para a educação

do Estado de São Paulo e do Brasil vem fortemente de encontro aos nossos objetivos. Tivemos o primeiro encontro em agosto do ano passado no Conselho Estadual de Educação. Tivemos o segundo encontro no dia 31 de junho no Conselho Estadual de Educação. E algumas conquistas nós estamos percebendo que elas estão acontecendo e o fato de nós termos provocado essa audiência pública é exatamente para buscar um apoio de vocês Deputados, porque até certo ponto nós conseguimos avançar, mas se nós não tivermos união não somente das IMES, mas também de vocês, é muito difícil chegar onde nós queremos chegar. Então, é por isso que nós estamos aqui pedindo o apoio por uma causa que é uma causa importante para o Estado de São Paulo, é uma causa que tem o objetivo e uma finalidade muito clara, é aumentar a isenção dos nossos jovens no ensino superior. Ampliar essas vagas porque os nossos jovens precisam ter acesso e condições de ingressarem no ensino superior.

Eu vou contar uma história da minha instituição que nós tínhamos, e acredito que seja também de outras instituições, mas na minha instituição, em Adamantina, uma cidade com 33 mil habitantes. Há cinco anos nós lutávamos para resgatar a formação de Professores nos cursos de história e matemática sem muitas coisas concretas. E nesse ano com o apoio do FDE através de bolsas, escola da família, nós conseguimos resgatar os cursos de história e de matemática, colocando em sala de aula 63 alunos no curso de matemática e 60 alunos no curso de história, com a mensalidade de 270 reais. É uma mensalidade relativamente baixa, mas que, no entanto nossos jovens não tinham condições de pagá-las. Então, a demanda existe. Basta que nós procuremos condições e essas condições têm que vir através do ensino público de qualidade e o ensino público gratuito. Então, nós das IMES, nós dirigentes acreditamos nesse ideal e nesses objetivos. É por isso que nós estamos aqui. O Felício apresentou os dados, colocou no cenário do Estado de São Paulo a questão das IMES, nós somos em 30 instituições muito bem distribuídas no Estado de São Paulo. Na maioria desses Municípios nós não temos UNESP, porque a UNESP tem uma quantidade grande de campus, isso para o interior de São Paulo, mas em muitas dessas cidades nós não temos nenhuma dessas instituições públicas. Nós não temos UNESP, não temos FATESP, não temos instituições federais. Daí a importância nessa interiorização do ensino superior. São instituições na sua grande maioria com aproximadamente 40 anos de existência. Nós temos instituições com 60 anos de existência contribuindo para a educação superior do

Estado de São Paulo sem nunca ter um aporte financeiro nem do Estado nem da federação e muito menos do Município.

Das instituições públicas, as municipais tem uma representatividade importante, tem espaço para ter um crescimento em número de alunos e esse espaço se consolida quando as pessoas e os conselheiros inclusive, o especialista do Conselho Estadual de Educação que nós estamos vinculados consegue visualizar pela estrutura existente nessas instituições municipais. Laboratórios, clínicas de atendimento, clínicas veterinária, clínicas de fisioterapia. Então, existe uma estrutura social já pronta que faz um trabalho social nos Municípios, muitas vezes atendendo, desafogando Santas Casas, postos de saúde e dando esse atendimento a população, sem nunca ter uma contrapartida do Estado, da Federação ou dos Municípios.

Então, essas instituições, além de formar profissionais também dão uma assistência muito importante para a população local, para a população regional. As instituições em termos de alunos, o Felício já apresentou esses números. A questão do corpo docente é um fator importante também. Quase que 75% do nosso corpo docente é formado por mestres e Doutores. Muito em breve a grande maioria vão ser Doutores em um curto espaço de tempo. O corpo docente tem ido lá e tem buscado informação e a instituição preza pelo seu corpo docente, é a joia que nós temos na nossa instituição são os nossos funcionários e o nosso corpo docente.

Quando você compara qualidade de ensino entre as públicas, USP, UNESP e Unicamp, eu já tive uma passagem pela UNESP, você percebe que o corpo docente só não está ali, não está recebendo para desenvolver pesquisa, mas em termos de formação na grande maioria das universidades, as faculdades ainda tem o objetivo da pesquisa, mas as faculdades não tem o compromisso com a pesquisa. Mas o corpo docente tem uma formação igualitária aos Professores que desenvolvem e desempenham atividades nas públicas estaduais. E a cada ano esse corpo docente vai aumentando e vai se intitulado. A folha de pagamento dessas instituições mês a mês vem crescendo. Então, se você não encontrar um equilíbrio entre buscar alunos, fazer uma campanha de marketing para buscar alunos e disputar esse mercado com as instituições particulares, que muitas vezes não tem a qualidade que nos temos, o Felício colocou muito bem, os Professores podem ser contratados e dispensados nas particulares a qualquer momento,

nas instituições públicas municipais isso não ocorre, o nosso corpo docente é um corpo docente fixo que tem um ingresso na instituição através de concurso público de provas e títulos, esse Professor tem a sua estabilidade dentro da instituição.

Esse Professor tem condições de contribuir, criar raízes com a instituição, realmente vestir a camisa da instituição. Fazer ensino, fazer pesquisa e vestir a camisa da instituição, coisa que muitas vezes não ocorre nas instituições privadas. Por isso a sobriedade dessas instituições municipais. Nós precisamos apoiar essas instituições municipais porque com a concorrência que há no mercado, a frequência que o MEC visita essas instituições, a forma que o MEC está avaliando essas instituições nos preocupa muito principalmente pela qualidade de ensino empregada nessas instituições. As vagas oferecidas pelas municipais, nem todas responderam o questionário, mas são 25 mil vagas distribuídas por ano nessas instituições. Então, se multiplicarmos isso por quatro nós teremos 100 mil vagas só aqui no Estado de São Paulo, no ensino superior disponíveis nessas instituições municipais. Com estrutura pronta, com corpo docente pronto, sem a necessidade de contratação de corpo docente, a valorização de corpo docente, então, é uma estrutura importante dentro do Estado que precisa ser valorizada. Que precisa ser ocupada. É um desperdício essas instituições terem essas vagas ociosas e nós temos aí muitos jovens com necessidade de ingressar no ensino superior sem a oportunidade de estudar.

Então, nós precisamos realmente unir forças para buscar essas vagas, preencher essas vagas de tal forma que nós teremos um número maior de pessoas ingressando no ensino superior de uma forma gratuita e com qualidade. Basicamente é isso e reitero o que o Felício disse. Nós estamos aqui para buscar apoio da Assembleia Legislativa por essa causa que é uma causa muito importante para a educação superior do Estado de São Paulo e do Brasil. muito obrigado.

**O SR. JOSÉ FELÍCIO GOUSSAIN MURADE** - Só para reiterar, nós fizemos um fórum à carta de São Paulo cuja pauta é a criação do fórum permanente das

instituições municipais, instituir um esquema de apoio à educação superior, das instituições municipais no âmbito do Estado de São Paulo, encaminhar pedido de repasse da Secretaria de Educação com o objetivo de ampliar a oferta e solicitar ao Presidente do Conselho Estadual a criação de duas vagas no Conselho da Câmara de Educação Superior. Dois titulares e dois suplentes porque nós não temos representação no Conselho Estadual. Recentemente o Márcio foi a Câmara de Educação Básica, e não para a Câmara de Educação Superior. Então, nós precisamos de representante na Câmara de Educação Superior.

**O SR. PRESIDENTE – SIMÃO PEDRO – PT** – Obrigado Professor Felício, Professor Márcio. Queria agora ouvir a manifestação dos Srs. Deputados e Sras. Deputadas, começando pelo Deputado Mauro Bragato, que foi o primeiro que chegou aqui. Mas não é por ordem. Quem quiser se manifestar levante a mão que eu ficarei feliz de passar a palavra. E depois podemos se for o caso, ouvi-los, alguma complementação.

**O SR. MAURO BRAGATO – PSDB** – Boa tarde a todas e todos. Eu queria iniciar saudando o Presidente da Comissão, Deputado Simão Pedro, saudando as colegas e os colegas Deputados, os presentes. Eu queria iniciar, Presidente, dizendo que o assunto que nós estamos tratando aqui no meu entender é de extrema importância. A fala do Professor Felício e do Professor Márcio vem naquilo que a gente sempre defendeu. Esse assunto já esteve na Assembleia Legislativa presente muitos anos atrás na Comissão de educação, acredito que o Engler esteve nesse período, o grupo de Deputados aqui ainda não faziam parte dessa augusta casa. E o que é importante dizer é que é um assunto que interessa a todos nós. Porque a rede de ensino superior municipal no Estado é bastante importante, merece ser prestigiada para ser potencializada. Nós tivemos a oportunidade de voltar a discutir esse assunto na Secretaria de Educação no ano passado, após uma fala do Professor Márcio.

Quero dizer que conheço bastante a FAI como conheço também a FUNDEC, conheço também a FEMA de Assis, e a gente sabe o papel que representa não só para os Municípios, mas também para as regiões. Então, a fala que eu tive oportunidade de ter com o Secretário de Educação de chamar a atenção para que o Estado de São Paulo possa desenvolver uma política e com essa política potencializar o aumento das vagas, a meu ver começou a ser sinalizado com a indicação do Professor Márcio ao Conselho Estadual de Educação, e os estudos preliminares que nós sabemos que a Secretaria fez em relação a essa proposta de um eventual projeto de bolsas de estudo ou outro nome do Governo Estadual a ser enviado a Assembleia Legislativa que o Professor Palma estaria sendo favorável e estaria fazendo um estudo mais aprofundado sobre isso. Mas de qualquer forma a Comissão está fazendo hoje uma reunião bastante importante. Eu quero defender aqui, Presidente, uma ida nossa ao Secretário de Educação até para levar essa proposta e trabalharmos a hipótese de termos aqui na Assembleia Legislativa essa proposta e com isso assumirmos uma potencialização, um aumento de vagas ao ensino superior público do Estado de São Paulo. Nós precisamos fortalecer e quero crer que a Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa tem a tarefa e a responsabilidade para isso. Então, saudando a todos, agradecer a presença, sempre enriquece a Assembleia Legislativa a presença das Sras. e dos Srs. e conta conosco, Presidente, para essa empreitada.

**O SR. PRESIDENTE – SIMÃO PEDRO – PT** – Muito obrigado Deputado Mauro Bragato, que além do apoio fez aqui uma proposta de agendarmos uma audiência com o Secretário de Educação do Estado para encaminharmos essa solicitação no que se refere à demanda do Estado. Com a palavra o Deputado Roberto Engler e em seguida a Deputada Telma de Souza.

**O SR. ROBERTO ENGLER – PSDB** – Boa tarde a todos os Senhores e Senhoras. Eu também estou tranquilo e satisfeito de participar dessa reunião até porque eu acho que eu estou meio envolvido em tudo. Eu não só sou da USP como da UNESP e como já fui da nossa UNI FACEF de Franca. aliás, Franca hoje aqui deu quorum. Nós temos aí o nosso querido amigo Alfredo Machado Neto, o reitor Paulo de Tarso, Dr. Euclides Celso, que é diretor da Faculdade de Direito. Eu queria saudar a todos em nome dos nossos francanos, acrescentando a nossa querida Bebedouro, Professora Lúcia. E sou Professor. Então, vivenciei a vida toda essa questão da educação. A gente tem que perseguir a educação no sentido de que a sociedade ganhe com isso. A sociedade tem que ganhar. E nós temos esse conjunto que foi muito bem colocado pelo Professor Felício com os números estatísticos mostrando a divisão do bolo educacional entre as universidades públicas federais, estaduais, as públicas municipais que é o caso de vocês, e as privadas. E a gente tem que buscar nesse contexto vagas, gratuidade ou menor preço possível para não onerar a sociedade, e qualidade de ensino. Qualidade de ensino, sobretudo. Então, aí é um jogo. Eu acho que essa movimentação de vocês vem em uma hora muito boa. A participação de vocês tem que ser mais expressiva do que foi. Vocês tem orgulho de dizer o que já fizeram, mas a responsabilidade de fazer muito mais pelo crescimento. Não a responsabilidade de vocês, mas com ajuda evidentemente dos órgãos governamentais. Obvio. Ninguém faz a coisa sozinho.

Aliás, eu dou um testemunho como Professor, a qualidade da UNI FACEF de Franca é invejável. E a Faculdade de Direito de Franca tem ótimos índices em todas as avaliações no Ministério da Educação. Então, qualidade de ensino é uma coisa que tem sido, e acredito que evidentemente em todas as demais. Quero cumprimentar também o nosso amigo Silvio que já foi colega nosso do Governo e hoje está lá em São Caetano.

Então, é um momento interessante vocês fazerem um movimento de querer um espaço a mais, mas precisar da colaboração governamental. Então, eu vejo com bons olhos, o Alfredo Machado Neto tem conversado comigo, o interesse que vocês tinham de aumentar os espaços ocupados, já (ininteligível) que já foi conseguido pelo Professor Márcio Cardim de Adamantina. Vocês estão aqui na Assembleia Legislativa buscando novos parceiros.

Como o Deputado Mauro Bragato eu quero reiterar que terão em mim, na minha pessoa e tenho certeza que em toda Assembleia Legislativa os colegas Deputados da Comissão, todo o respaldo que vocês precisarem. Eu entendi as duas tarefas iniciais como uma manifestação da Comissão junto à esfera federal no sentido de que eles acolham novos incentivos de bolsas para as universidades municipais e diretamente aqui para nós, tem aqui até a minuta de um Projeto de Lei em que vocês propõem, o que nós podemos fazer é propor ao Governo do Estado para que veja com bons olhos o que vocês estão fazendo.

É um caminhar. Não é fácil, mas eu acho que vocês estão fazendo com muita propriedade até pela forma com que vocês dirigem com tanta seriedade as instituições municipais. Eu louvo a iniciativa e contem comigo aqui na Comissão. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE – SIMÃO PEDRO – PT** – Obrigado Deputado Roberto Engler. Antes da Deputada Telma de Souza falar, eu queria anunciar aqui que sempre nos acompanha a Ex-Deputada Estadual Bia Pardi que é assessora da Bancada do PT, obrigado Bia, junto com o Valter que também é nosso assessor. Está aqui também como meu convidado o Marco Piva que é jornalista e publicitário, José Carlos Pevolaro, que me ajudou na organização dessa reunião. E também, eu me esqueci de anunciar no começo o Professor Dr. José Fernando Diniz Chubaci, que é assessor da liderança do PSDB, sempre nos acompanhando também. Então, Deputada Telma de Souza.

**A SRA. TELMA DE SOUZA – PT** – Obrigada Deputado Simão Pedro, primeiro na sua pessoa cumprimento todos os Deputados e Deputadas da mesa, e também os Srs. reitores que aqui estão. Porque do mesmo jeito que a Comissão de Saúde diz que não há partido na Comissão de Saúde, há o partido da saúde, eu tenho

certeza que nós aqui da Comissão de Educação e Cultura também congregamos nesse mesmo aspecto.

Eu queria antes de mais nada dizer aos Srs. e Sras. que eu venho de Santos, e na minha região, Baixada Santista nós não temos nenhuma faculdade pública municipal. Os Srs. apresentaram aqui um mapa, de longe não vai dar para ver, mas o mapa do Estado de São Paulo, Santos fica em uma ilha bem aqui ao sul, no extremo sudeste do Estado e as últimas que existem são em São Bernardo, geograficamente falando, as que existem são em São Bernardo e Santo Andre.

Eu queria ao mesmo tempo mostrar, e depois vou dar alguns enunciados e depois dizer onde está a ligação entre os elementos que eu estou trazendo. Me chamaram a atenção dois dados entre os dados que os Srs. nos trouxeram. Um é que o custo aluno federal é 24 mil reais ao ano, e o custo aluno municipal da universidade, evidentemente, é nove mil ao ano. O que significa que para cada aluno federal público, o aluno municipal público poderia estar sendo aproveitado em três casas. O que mostra, e eu estou absolutamente confiando nesses dados.

Por outro lado também me chama atenção o contexto das municipais porque há algo que é muito importante que nós reiteremos aqui uma frase bastante dura que foi colocada, onde se diz que sofre com a concorrência das instituições de ensino superior privadas e confessionais, as políticas de marketing agressivo e desleal para com as políticas municipais. Eu sou de uma região que só agora temos UNIFESP, só agora temos UNESP. Em Cubatão. Em Santos a UNIFESP. Eu sou produto na graduação de uma faculdade digamos assim, que a PUC de Santos seja a católica de Santos. Eu sou formada em Pedagogia e Direito e sou pós-graduada também pela católica em saúde coletiva. E sei profundamente o que significa essa frase, embora eu seja um produto desse setor.

Eu queria em função disso colocar, então, eu falei o custo aluno, falei da inexistência de públicas municipais, eu falei dessa frase bastante agressiva e hoje, esse é o jornal de maior tiragem em Santos, que é o jornal A Tribuna, a data é hoje, e nós temos aqui, 'cidades ficam devendo em educação'. Esse é o título. Para os Srs. terem uma ideia aqui é um ranking das melhores e piores escolas, municipais e estaduais até o

4º ano e depois do 5º até o 9º e nós, as municipais ainda se saem melhor. Cubatão tem o ranking de ter uma escola que é exceção, que é melhor não só na região, mas melhor no Brasil, chegando aos níveis do IDEB que é uma meta que nós precisamos alcançar. E eu estou trazendo isso porque nós temos um problema que precisamos lutar e muito, e cada vez mais sobre a educação. Chamar a responsabilidade do Governador, chamar a responsabilidade do Governo Federal, chamar a responsabilidade dos Municípios porque nós estamos tendo cada vez um funil maior, e agora não é só na entrada do curso superior, agora é na base da pirâmide que é a educação básica em consequência a educação do ensino fundamental que vai até o 9º ano.

Eu falo isso porque nós somos aqui Deputados do PT e do PSDB e do PV e do PCdoB e temos conexões com os Governos Estaduais e Federal. Não quero fazer proselitismo do meu Governo Federal e nem atacar o Governo do PSDB, embora eu tenha muita vontade de fazer isso. Mas nós temos uma responsabilidade maior porque é uma responsabilidade que tem a ver com nossas crianças, com nossos jovens. Eu tenho aqui algumas propostas a dizer, isso colocado porque eu tenho que me retirar para uma outra Comissão. Não pensem que é uma indelicadeza, porque nós nos dividimos aqui em muitas atividades aqui na Assembleia Legislativa. Eu queria fazer uma proposta ao Presidente Simão Pedro no seguinte sentido, em função desse diagnóstico, que pelo que me disse o Professor e meu querido amigo e Deputado Mauro Bragato, ela já se apresentou aqui há alguns anos atrás e me parece que nós não estamos tendo alguns encaminhamentos mais palpáveis. Então, em primeiro lugar, que além de termos uma audiência com o Secretário Estadual, que nós também façamos contato com os níveis federais, porque nós estamos pedindo orçamento que do ponto de vista da legalidade não pode ser repassado para as públicas municipais. Então, nós teremos que conversar não só com essa Comissão em nível federal, falar também com o Governo Federal e com essa Comissão digamos assim, representada junto ao Ministro que é de São Paulo.

Eu não quero puxar a responsabilidade para o Governo Federal, mas acho que todos teríamos que ter essa ação. Se não é possível ter orçamento de outras possibilidades, sugerir ao Governador um PROUNI estadual para as municipais, como já foi colocado.

Então, a minha proposta é desses encontros também ocorrerem em nível federal em busca de verbas, e aí vou fazer uma pequena piada, mas que é séria. Deputado Simão Pedro disse que eu saí das minhas atividades porque eu já fui Prefeita de Santos e estou concorrendo dessa vez. Eu me comprometo a falar com os outros candidatos e a mim mesma, vou colocar no programa a necessidade da reivindicação de uma faculdade municipal pública na nossa região, uma vez que ela não existe. Porque é uma luta de todos nós e significa dar crédito a essa instituição na medida em que nós temos elementos plausíveis e concretos de que do ponto de vista financeiro ela interessa ao Estado como um todo enquanto nação, ao Estado de São Paulo em particular, e aos Municípios onde nós temos nossas vidas, de uma maneira mais que particularizada. Esse é o meu compromisso, eu deixo aqui a minha presença e peço ao Deputado Simão Pedro que a gente possa ter uma Comissão de representação para fazer todas essas atividades, inclusive chegando ao Governo Federal porque é uma causa mais do que humanitária, e por que não, vamos fazer um SUS da educação para a gente poder ter em vários níveis, municipal, estadual e nacional, essa possibilidade de realizações concretas. Muito obrigada pela tolerância da fala. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE – SIMÃO PEDRO – PT** – Obrigado Deputada Telma de Souza pela presença e pelas propostas. Eu vou comentar, ela fez uma proposta além da audiência para o Secretário levar o assunto também ao MEC.

Está aqui presente o Deputado Edson Ferrarini, membro efetivo da nossa Comissão. Obrigado pela presença, Coronel.

**O SR. EDSON FERRARINI – PTB** – Só quero saber se tem algum representante da Secretaria de Educação aqui.

**O SR. PRESIDENTE – SIMÃO PEDRO – PT** – O Benê Mascarenhas estava aqui, eu até anunciei ele. Deputado Beto Tricoli com a palavra.

**O SR. BETO TRÍCOLI – PV** – Obrigado Sr. Presidente. Cumprimentar a todos os presentes, os Deputados, cumprimentar os dirigentes das fundações de autarquias municipais. Dizer da nossa satisfação em poder participar dessa reunião, e apresentar o apoio em conceito e por princípio a essas iniciativas. Cumprimentar a criação do fórum permanente das instituições municipais, colocar da nossa disposição de fazer o debate acontecer dentro da nossa Comissão, para que a gente avance mais e possa atingir os objetivos que foram até falado pelos que me antecederam. Na qualidade e na possibilidade efetiva de o Governo do Estado passar a contribuir. Dar apoio a Moção, expressar meu voto de apoio para que se faça a Moção junto ao Governo Federal e Governo Estadual. E a Telma saiu, eu ia dizer que concordo com uma parte e não concordo com outra parte, até porque eu sou do PV e posso estar mais para cá ou mais para lá. Mas fui Prefeito de uma cidade de porte médio, Atibaia, por dois mandatos. Então, nesse sentido eu acredito que não cabe criar mais fundações municipais. Nesse aspecto eu discordaria. Até posso contribuir um pouco com o debate de eleições de Santos, mas por que historicamente como surgiram essas fundações, evidentemente que foi muitas vezes pelo ímpeto e pela disposição de lideranças na área de educação, ou lideranças locais para cumprir uma ausência de outras esferas, seja estadual ou federal. Então, historicamente as fundações surgiram pela disposição de lideranças locais, pela disposição de Governos locais, de bancar um projeto muitas vezes auspicioso, de difícil manutenção. E nas histórias das fundações a gente percebe e observa o quanto tem sido difícil manter. Então, não apoio a possibilidade de se criar novas, até porque não é uma obrigação do Município atuar diretamente em esfera de nível superior. Ela pode ser cooperativa, pode interagir, pode facilitar de muitas formas,

mas a obrigação principal e o orçamento municipal já é tão pequeno. Porque do bolo de arrecadação dizem que chega a 38% do tributário, alguns falam um pouco mais. Mas alguns chegam a 57%, dependendo do cálculo. Só 17% é do Município. Então, se o Município tem obrigação de dar ensino básico, ensino pré, então, não cabe ao Município criar essa questão. Mas apoiar integralmente. A bandeira está valendo nesse sentido.

Por outro lado, se for de iniciativa original ou inicial por lideranças locais, quem conhece as fundações, e não sabia, até pedi um sopro aqui do lado, mas é Taubaté a mais antiga com quase 70 anos, mas quem conhece as fundações sabe que a maioria ou quase todas elas tem uma característica de permear a região onde está inserida cada fundação. Então, elas têm uma característica regional.

Então, se tem característica de inserção regional e daí eu falo da minha região, por exemplo, a FESB que não tem ninguém aqui, que é de Bragança Paulista e chega a registrar nos seus matriculados mais de 20 cidades, origem de mais de 20 cidades. Então, nesse caso eu acho muito pertinente que o Estado assuma a responsabilidade de viabilizar a manutenção dessas fundações. É claro que tem que ter o olhar como o Professor Roberto Engler, nosso Deputado disse, na qualidade e no controle mínimo de interação didático pedagógico e tal, nesse sentido eu concordo com a segunda parte da Telma, que é implantar possivelmente o SUS da educação. Porque você tem as atribuições, mas a interatividade do sistema educacional não é tão interessante nem tão efetivo como é o Sistema Único de Saúde. Então, nesse caso eu apoio um modelo assim. Talvez seja essa uma maneira de criar a discussão efetiva entre Governo Federal, Estadual e Municipal do que fazer para intensificar e melhorar o ensino superior ainda que nas suas variáveis, porque a gente sabe que uma característica dessas fundações é ensino superior, mas mais básico, em alguns casos magistratura, e ao mesmo tempo ele dá acesso e se for analisar o sócio econômico ele tem isso. Aqui eu não vi e não sei se eu não percebi a fala dos que falaram em nome das instituições municipais de ensino superior, mas são os de estrutura ou de origem sócio econômica, as mais baixas. São aqueles que pouco tiveram oportunidade de se preparar para ter acesso à faculdade, vão fazer isso um pouco mais tarde, na sua vida de formação.

É muito oportuno falar de inclusão. Se todo esforço, seja do Governo Federal, do PROUNI e tal, é fazer inclusão, as fundações no Estado de São Paulo fazem essa inclusão de uma maneira assim às vezes até insuficiente por causa dessa falha estrutural de suporte.

Enfim, não quero me estender mais, eu falei até um pouco além do que eu gostaria, mas dizer da nossa disposição. Eu não posso deixar de registrar que eu não falo em meu nome, represento a Bancada do PV e tenho a pedido, por exemplo, do Reinaldo Alguz pela região toda que ele influencia, tem pessoas aqui que o procuraram, pelo Padre Afonso, de Taubaté, pelo Pastor Dilmo da rede de influência também de Piracicaba. Enfim, todos eles me procuraram e pediram para falar, esteja presente, fale em nosso nome, vamos buscar dar todo o apoio. Evidentemente é um conjunto de forças aqui, mas no que depender da nossa disposição e posição favorável, assim a gente conseguirá andar mais rápido. Eu agradeço a oportunidade. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE – SIMÃO PEDRO – PT** – Obrigado, parabéns Beto Tricoli, nosso Deputado Presidente do PV. Agora, Deputada Leci Brandão do Partido Comunista do Brasil, glorioso PCdoB.

**A SRA. LECÍ BRANDÃO – PCdoB** – Deus abençoe, proteja e ilumine todos que aqui estão. A minha introdução aqui, eu não tenho nenhuma antecedência parlamentar. Na verdade eu sou a mais novinha aqui da mesa, e também não sou Professora e tal. Mas eu fiz uma música dos Professores, na condição de compositora, chamada ‘Anjo da Guarda’. É que a gente diz que na sala de aula é que se forma um cidadão, na sala de aula é que se muda uma nação. São as duas frases que as pessoas gostam mais. Então, eu vou ser muito breve até porque nessa casa, eu devo dizer que o meu currículo de vida ficou muito mais rico a partir do momento que fui escolhida para

fazer parte da Comissão de Educação e Cultura e também da Comissão de Direitos Humanos.

Na Comissão de Educação e Cultura eu sou muito orgulhosa de ter como Presidente o Deputado Simão Pedro porque ele tem oportunizado para a minha vida, porque eu estou Deputada, não sou Deputada. Eu sou artista mesmo, e vou continuar sendo artista, mas estou Deputada. E essa Comissão tem me oportunizado a conhecer de fato celebridades. E hoje eu estou diante de celebridades. Celebridades para mim são reitores, Professores, dirigentes de faculdades.

Tudo que fala sobre educação, sobre cultura, sempre me fascinou. Porque inclusão de verdade para mim, como o Deputado Beto Tricoli acabou de dizer agora, inclusão é educação. Qualquer país desenvolvido tem sempre um olhar focado para a educação dos seus cidadãos. E o Brasil para mim só vai ser um país realmente desenvolvido, um país grande de verdade não é só pelo carnaval, não é só pelo futebol, é pela educação. As pessoas tem que ter consciência de que a sabedoria é a única coisa que ninguém tira de você. As outras coisas se vão, mas o saber, ele vai com você. E quando as pessoas falam que a dificuldade para se ajudar por parte do Governo Estadual ou Federal, a questão municipal, eu fico um pouco perplexa porque o Município para mim é à base de tudo.

Tudo começa no Município, depois é que abre no Estado, no país, mas se as coisas não acontecem no Município, não vão de bom grado. Então, eu sempre tive um comportamento nesse pouquíssimo tempo de Parlamentar, sempre apoiando todas as manifestações, as reivindicações que ajudam a formação dos seres humanos. Que melhoram a grandeza das pessoas, e a educação é a nobreza.

Então, independente de sigla partidária eu estou muitíssimo a favor desse projeto. Quero parabenizar o projeto pelo conteúdo dele, e dizer, juntando aí a nossa querida Deputada Telma que acabou de se retirar, que se tiver que procurar o Governo Federal e fazer uma Comissão, a gente está muito tranquilo para fazer isso, até porque a primeira Presidenta do país a gente também ajudou a eleger, e estivemos andando com ela aqui no Estado de São Paulo. embora eu seja carioca, esse Estado é um Estado muito importante para a minha vida. É um Estado que em termos não só de grandeza

econômica, mas de reconhecimento das pessoas do país inteiro, o Estado de São Paulo é responsável por isso. Porque aqui tem gente de todo canto do país, Estado de São Paulo abrange isso. E dizer também ao Deputado Mauro Bragato, nosso querido Professor aqui, que nós estamos de mãos dadas com o Sr. para o que for necessário fazer para que esse projeto seja olhado com mais atenção, com mais carinho. Eu acho que o ensino superior, as faculdades que também dão oportunidade para os menos favorecidos e para os excluídos, merecem toda atenção.

E o que me chamou a atenção aqui foi uma coisa que de repente eu até posso confessar que não sabia, tem uma coisa muito importante dizendo que ele faz parte de todo ciclo de ensino do país. A palavra correta é que vocês pertencem ao sistema nacional. Então, tem todo direito. Ninguém está fazendo favor nenhum de concordar com esse projeto. Espero em Deus que a gente saia vitorioso dessa empreitada. Obrigada por tudo, que Deus os abençoe.

**O SR. ROBERTO ENGLER – PSDB** – Deputado Simão Pedro, deixa eu fazer só uma observação. Eu acho que a colocação do Deputado Beto Tricoli foi muito importante, muito elucidadora, e pode enriquecer a argumentação nossa perante o Governo Estadual e perante o Governo Federal. Eu acho que o que atrapalha um pouquinho é o termo municipal. Na realidade só significa onde se localiza. Mas é um atendimento regional a várias cidades do Estado e do país. Portanto, isso aí poderia ser inserido como argumentação aos documentos que essa Comissão venha a fazer.

**O SR. PRESIDENTE – SIMÃO PEDRO – PT** – Eu queria colocar então em votação, a proposta feita pelo Deputado Mauro Bragato de uma audiência com o Secretário Estadual de Educação para discutirmos com ele a proposta do PRO IMES,

programa de apoio à educação superior nas instituições municipais de ensino superior. Até tem aqui uma minuta de um Projeto de Lei. Com a palavra, Professor Felício.

**O SR. JOSÉ FELÍCIO GOUSSAIN MURADE** – Nós no ano passado tivemos uma reunião com o Secretário Estadual de Educação, e ele cuida do ensino básico. E disse que nós teríamos que apresentar esse pleito na Secretaria de Ciência e Tecnologia, porque é lá que cuida do ensino superior. E se comprometeu a nos acompanhar, o Professor Herman, então, seria importante se nós fizéssemos essa triangulação, nós aqui, Secretaria Estadual de Educação e Secretaria de Ciência e Tecnologia, porque o ensino superior está na Secretaria de Ciência e Tecnologia.

**O SR. PRESIDENTE – SIMÃO PEDRO – PT** – Eu acho que o Professor Felício tem razão. Mas o importante é que a gente chegue às autoridades. Então, vamos inverter aqui a proposta. Obrigado, Professor Felício.

O Professor Herman tem sido uma pessoa muito assídua aqui. Uma vez por semestre vem prestar contas da sua pasta, e temos discutido com ele os assuntos relativos ao tema da melhoria da qualidade da educação no ensino público, e evidentemente até mudanças no Conselho Estadual de Educação, mas de fato pelas mudanças que o Governo do Estado fez, ele dividiu a responsabilidade de acompanhar. Embora a Secretaria de Ciência e Tecnologia cuida das instituições de ensino superior pública, que são as três, Unicamp, USP e UNESP.

Vamos fazer o seguinte, vamos pedir uma reunião com os dois, aí o Governo decide se é uma Secretaria ou outra. Mas nós vamos encaminhar a reivindicação como ata da nossa reunião (ininteligível) receba a Comissão acompanhado dos Srs. para a

gente ver se avança. O nosso objetivo é dar sequência ao pleito de vocês. Então, quem concorda com esse encaminhamento permaneça como se encontra. Aprovado.

Audiência com o Ministério da Educação. Queria lhes informar que já estive com o Professor Jorge Messias, que é o Secretário Nacional de Regulação do Ensino Superior Privado. Já entregamos para ele um grupo de informações a respeito das instituições de ensino superior no Brasil relativamente ao Estado de São Paulo também, e o pleito de criar algum espaço do programa do FIES, porque o PROUNI como bem dito aqui, o PROUNI é um programa muito criativo, importante, concedeu um milhão e 100 mil bolsas até o momento no Brasil, é um programa de renúncia. As instituições privadas que recolhem tributos e impostos ao Governo Federal, o Governo renuncia esses tributos em troca de bolsas de estudos. O que permitiu o acesso de muita gente, muitos alunos, principalmente filhos de trabalhadores e tal. Agora, no caso as autarquias municipais e muitas das instituições não recolhem, com algumas exceções. Então, aí é uma questão de criar uma modalidade através do FIES, e eu queria lhes informar que houve simpatia e o Ministério me ligou marcando para o dia 24 de agosto, a princípio foi marcado para as 15 horas uma reunião com a ideia de dar uma devolutiva para o nosso pedido. Então, eu estou lutando para ver se a gente consegue mudar o horário para que eu possa ir nessa reunião. Às 15 horas vai ser impossível porque eu presido às 19 horas uma Sessão Solene aqui na casa. Mas vamos tentar alterar a data e eu informo ainda hoje a todos vocês e a todos os membros da Comissão de Educação e Cultura, talvez, Deputado Mauro Bragato, como sugeriu a Deputada Telma de Souza, tirarmos uma Comissão de Representação dessa casa, não só da Comissão de Educação e Cultura, para que a gente possa levar o apoio dessa casa ao pedido de vocês.

Então, está pré-agendado para o dia 24 às 15 horas, mas eu vou tentar passar para a parte da manhã. Se não for possível vamos deixar assim, e eu dou um jeito de o meu assessor acompanhá-los. Quem concorda então, com esse encaminhamento permaneça como se encontra. Aprovado.

Eu queria, antes de terminar, solicitar se alguém queira fazer mais algum encaminhamento, solicitar mais alguma questão que não foi solicitada aqui? Podemos voltar tranquilos para as nossas casas e nossas instituições então.

Olha, eu acho que o Brasil está vivendo um momento muito importante. O Estado de São Paulo estrategicamente ocupa uma posição fundamental no nosso país, é um Estado populoso com 40 milhões de habitantes. Nós estamos com um Projeto de Lei a ser votado no Congresso, que é o Plano Nacional de Educação para os próximos 10 anos.

Esse plano, essa Comissão realizou uma audiência pública no debate da etapa estadual, a esse debate foi aprovado na Comissão especial da Câmara dos Deputados que estava analisando o plano que 10% do PIB seja aplicado em educação nos próximos 10 anos. Há um debate no Governo se temos capacidade de 10% ou não, mas o Projeto de Lei foi encaminhado com 7% que já é um avanço em relação aos 5% atuais. Nós temos um debate nacional nessa casa da utilização dos recursos do Pré Sal. No caso dos royalties que ficarem para o Estado e no caso do país ser utilizado prioritariamente em educação para que inclusive possamos deixar um legado para as gerações futuras, ou seja, nós precisamos ter recursos na educação. Hoje já vivemos uma situação muito melhor e eu tenho certeza que o pleito de vocês não é nenhum exagero, é uma proposta de bom senso. Vocês já prestam um grande serviço a nossa população e eu sou testemunha. Vou citar aqui o caso da FAI, o Professor Luiz Antonio onde eu tive o privilégio e a honra de lecionar por dois anos, que naquela região de 25 Municípios, 500 mil habitantes ali no sul de Minas, primeira instituição pública de ensino superior que chegou agora é um curso de engenharia da UNESP, que é uma conquista, uma luta de 10 anos. Vamos ter dois daqui dois anos. E o primeiro curso tecnológico no instituto federal lá instalado. E quem ocupou o espaço de oferecer educação superior com qualidade foi a UNIFAI, a FEUC, e junto com outras instituições. Então, tem todo o nosso apoio à causa de vocês. Tem o apoio da Comissão de Educação e Cultura e eu tenho certeza que com essa força de vocês e o apoio nosso, sensibilidade do Governo do Estado e do Governo Federal eu tenho certeza que vamos ter êxito nessa nossa reivindicação e assim vocês vão poder oferecer a estrutura, a experiência, tudo que vocês têm de bom a serviço da ampliação das vagas do ensino superior porque a nossa demanda é muito grande, nós temos muitos cidadãos, muitos jovens que merecem ter acesso a um curso superior e vocês merecem oferecer isso a nossa sociedade, porque o Governo apenas gerencia os recursos que nós colocamos a disposição. A nossa sociedade, tenho certeza que vai ficar muito grata ao que vocês estão fazendo, e poderão

fazer ainda melhor. Então, muito obrigado pela presença, uma boa tarde para todos. Obrigado Professor Felício, Márcio, obrigado a todos os Deputados, aos funcionários da Comissão de Educação e Cultura, a TV Assembleia que está aqui cobrindo e vai fazer uma boa reportagem hoje à noite, e vamos encaminhar as nossas propostas.

Obrigado e uma boa tarde.

\* \* \*